

Novo presidente deve enfatizar mudanças climáticas

Categories : [Guilherme José Purvin de Figueiredo](#)

Uma política de mudanças climáticas responsável e eficiente deveria ser o foco principal dos candidatos a presidente. A razão é a abrangência do tema que envolve pontos nevrálgicos de qualquer regulação ambiental. Entre eles, o desmatamento de nossas florestas, a emissão de gases poluentes e do efeito estufa, urbanização intensiva, resíduos sólidos, saneamento básico e poluição hídrica.

Não ao retrocesso ambiental

Por muitos anos, a legislação ambiental do Brasil teve posição de vanguarda.

A adoção do princípio da responsabilidade civil objetiva do poluidor (obrigação de reparar o dano independentemente de culpa do poluidor) data de 1981.

Enquanto a Alemanha ainda discutia a legitimidade processual dos lobos-do-mar do Mar do Norte em ações judiciais, desde 1985 o Brasil contava com o instituto da ação civil pública, legitimando extraordinariamente o Ministério Público, o Estado e as ONGs a promoverem a defesa do meio ambiente em juízo.

Em 1988, fomos muito além de qualquer outro país do planeta na defesa constitucional do meio ambiente, prevendo a responsabilidade penal da empresa poluidora, a educação ambiental em todos os níveis de ensino, a proibição de práticas cruéis contra os animais, a obrigatoriedade de criação de [Unidades de Conservação](#) e muito mais.

Em 1992, sediamos a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocasião em que foram assinadas as duas mais importantes convenções internacionais sobre meio ambiente: a Convenção de Diversidade Biológica e a Convenção de Mudanças Climáticas.

Estes diplomas e as leis editadas na década de 1990 ([Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação](#), Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, primeira Lei de Biossegurança) fizeram do Direito Ambiental Brasileiro um modelo a ser seguido pelo resto do planeta.

No entanto, este quadro promissor foi ofuscado nos últimos anos por gravíssimos retrocessos, dentre os quais o novo [Código Florestal](#) - símbolo maior da impunidade dos degradadores.

Em 2007, cientistas reunidos no Painel Intergovernamental de Alterações Climáticas, apontaram evidências de que a principal causa das mudanças do clima é, efetivamente, a ação do homem no planeta.

O que espero da nova Presidência da República é que reverta urgentemente esta tendência deplorável recente e assuma as responsabilidades impostas pelo atual momento histórico pelo qual passa o planeta.

Por uma posição de liderança na área ambiental

As alterações do clima no planeta, decorrentes da atividade humana, impõem a adoção de uma conduta responsável na ordem econômica efetivamente comprometida com os direitos das futuras gerações.

Compartilho com o prof. **Fernando C. Walcacer**, da Faculdade de Direito da PUC-Rio, as esperanças de que *"a nova Presidência assuma um papel de liderança na área das mudanças climáticas, não só no país mas no planeta, assumindo compromissos efetivos com o desenvolvimento sustentável que garantam um mínimo de qualidade de vida às gerações futuras"*.

Esta também é a visão de **Vladimir Passos de Freitas**, professor da PUC-PR, que igualmente manifesta preocupação com o tema e espera da nova presidência da República *"que na área ambiental torne o [Plano Nacional sobre Mudança do Clima](#) uma realidade"*.

Será necessário repensar a política agropecuária e as matrizes energéticas, adotando modelos sustentáveis de produção e consumo. Será preciso dialogar com os setores que há cinco séculos defendem a monocultura e a pecuária extensiva e que enxergam na proteção da biodiversidade um entrave para o lucro empresarial. Será imprescindível responder às exigências dos conglomerados urbanos e evoluir nas áreas do saneamento básico e de resíduos sólidos.

Como muito bem ressalta **Márcia Dieguez Leuzinger**, presidente do [Instituto Brasileiro de Advocacia Pública](#) e professora de Direito Ambiental da UNICEUB-DF, *"(...) a inércia em implementar políticas de adaptação às mudanças climáticas oferece um panorama negativo do atual governo. Diante desse quadro, espero que o próximo Presidente da República seja sensível à questão ambiental e incorpore, definitivamente, na agenda política interna, não apenas a discussão sobre os problemas afetos ao meio ambiente, mas principalmente a formulação e implementação de políticas ambientais transversais, que permeiem toda a Administração Pública, e que sejam capazes de nos preparar para enfrentar as graves consequências ambientais causadas pelas ações irresponsáveis de seus antecessores"*.

Chegamos a um ponto de inflexão. O que está em jogo é a sobrevivência da humanidade. A luta pela água e o enfrentamento da questão relativa aos refugiados ambientais serão constantes cada vez mais marcantes nos próximos anos e décadas.

Espera-se, assim, que em todos os setores da economia esteja presente uma análise sob a perspectiva de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas responsável e que, por ocasião da COP 21 (Paris/2015), o Brasil assuma a liderança no novo acordo global de redução da emissão

de gases de efeito estufa.

Leia também

[Brasil, entre o berço esplêndido e caos climático](#)

[Brasil na Cúpula do Clima: retrocesso e oportunidade perdida](#)

[Brasil, campeão na redução de emissões? Há controvérsia](#)